

Onde se inventa um país,
inventa-se um futuro.

CADERNO DE ENCARGOS

Aquisição de Postaletes para informação ao
público nas paragens de transportes públicos

CONCURSO PÚBLICO com publicidade internacional

CPV 34928440-4 Postes para paragens de autocarros

Penafiel, julho de 2025

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS	2
Cláusula 1. ^a – Objeto	2
Cláusula 2. ^a – Contrato	2
Cláusula 3. ^a – Colocação dos bens	3
Cláusula 4. ^a – Prazo	3
Cláusula 5. ^a – Preço base	4
Cláusula 6. ^a – Transferência de Propriedade	5
Cláusula 7. ^a – Esclarecimentos de dúvidas na interpretação dos documentos que regem a prestação de serviços	5
Cláusula 8. ^a – Obrigações do adjudicatário	5
Cláusula 9. ^a – Dever de sigilo	6
Cláusula 10. ^a – Proteção de dados pessoais	6
Cláusula 11. ^a – Preço contratual	7
Cláusula 12. ^a – Condições de pagamento	7
Cláusula 13. ^a – Revisão de preço e adiantamentos	8
Cláusula 14. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual	8
Cláusula 15. ^a – Penalidades contratuais	9
Cláusula 16. ^a – Força maior	11
Cláusula 17. ^a – Resolução do contrato pela entidade adjudicante	12
Cláusula 20. ^a – Resolução por parte do prestador de serviços	12
Cláusula 21. ^a – Foro competente	12
Cláusula 22. ^a – Comunicações e notificações	12
Cláusula 23. ^a - Faturação eletrónica	13
Cláusula 24. ^a – Contagem dos prazos	14
Cláusula 25. ^a – Legislação aplicável	14
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS	14
Cláusula 26. ^a – Âmbito	14
Cláusula 27. ^a – Descrição dos trabalhos	15
Cláusula 28. ^a – Mapa de Quantidades	16
Cláusula 29. ^a – Pormenores tipo	19

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª – Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar que tem por objeto principal a aquisição de Postaletes para informação ao público nas paragens de transportes públicos.
2. Serão adjudicadas propostas pelos seguintes lotes, mais bem identificados no presente caderno de encargos:
 - a. **Lote 1** – área geográfica dos Municípios de Baião, Castelo de Paiva, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende;
 - b. **Lote 2** – área geográfica do Município de Penafiel;
 - c. **Lote 3** – área geográfica dos Municípios da Lousada e Paços de Ferreira;
 - d. **Lote 4** – área geográfica dos Municípios de Celorico de Basto e Felgueiras;
3. A entidade adjudicante poderá, ao abrigo do disposto no n.º 5, do artigo 46º-A do Código dos Contratos Públicos, adjudicar uma proposta que combine a totalidade dos lotes 1 a 4 (doravante designado por Lote Combinado A), podendo celebrar contrato para qualquer uma das hipóteses de combinação previstas.

Cláusula 2.ª – Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros.

Cláusula 3.ª – Colocação dos bens

1. Os bens objeto do contrato devem ser colocados, nos locais identificados no Anexo xxx do presente caderno de encargos, ou noutro(s) local(ais) a indicar pela entidade adjudicante em sede de execução do contrato.
2. O adjudicatário deverá, no prazo de 15 dias após a outorga do contrato, remeter um plano de trabalhos, onde conste um cronograma de colocação dos bens objeto de contrato, assim a distribuição geográfica da mesma. O plano de trabalhos apenas produzirá efeitos após validação da entidade adjudicante.
3. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.
4. A entidade adjudicante não se obriga a consumir a quantidade total estimada dos “bens”, não assistindo ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização pelas quantidades não consumidas.
5. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
6. Sempre que solicitado, o adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, as respetivas fichas técnicas dos bens e todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
7. Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para a entidade adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.

Cláusula 4.ª – Prazo

1. O contrato mantém-se em vigor pelo **prazo máximo de 122 (cento e vinte e dois) dias** ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.
3. A execução das prestações que constituem o objeto do contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa sempre que se verifique a impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora da entidade adjudicante na entrega ou na disponibilização de meios ou bens necessários à respetiva execução, ou exceção de não cumprimento, nos termos do disposto nos artigos 297.º e 298.º do CCP.
4. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no número 1 e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.
5. O contrato não poderá ser outorgado sem que sejam decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes, nos termos do disposto no art.º 104.º n.º 1 alínea a) e sem prejuízo, quando aplicável, do disposto na alínea d) do n.º 2 do mesmo artigo, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP).
6. O contrato, independentemente do prazo de vigência, não pode produzir quaisquer efeitos antes do visto ou da declaração de conformidade do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 4, do art.º 45.º, da Lei n.º 98/97, de 26.08, na sua redação atual.

Cláusula 5.ª – Preço base

1. O preço base para a prestação do serviço a contratar é de 716.551,82 € (setecentos e dezasseis mil quinhentos e cinquenta e um euros e oitenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O valor base está desagregado, por Lotes, da seguinte forma:
 - a. Lote 1 – 305.180,62 € (trezentos e cinco mil cento e oitenta euros e sessenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - b. Lote 2 – 141.332,32 € (cento e quarenta e um mil trezentos e trinta e dois euros e trinta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - c. Lote 3 – 154.529,50 € (cento e cinquenta e quatro mil quinhentos e vinte e nove euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

- d. Lote 4 – 115.509,38 € (cento e quinze mil quinhentos e nove euros e trinta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

Cláusula 6.ª – Transferência de Propriedade

1. Com a entrega dos bens resultantes do fornecimento objeto deste contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade, assim como dos direitos de utilização para a entidade adjudicante.
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 7.ª – Esclarecimentos de dúvidas na interpretação dos documentos que regem a prestação de serviços

1. As dúvidas que o adjudicatário tenha na interpretação dos documentos por que se rege a prestação de serviços devem ser submetidas à Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa antes do início da execução da prestação de serviços a que respeitam.
2. No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução da prestação de serviços a que dizem respeito, deverá o adjudicatário submetê-las, imediatamente, à Comunidade Intermunicipal juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.
3. A falta de cumprimento do disposto no número anterior torna o adjudicatário responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito.

Cláusula 8.ª – Obrigações do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o adjudicatário a obrigação da prestação de serviços da execução do contrato com a qualidade expectável e a obrigação de cumprimento rigoroso do cronograma proposto, bem como as seguintes obrigações principais:
 - a. Apresentação de plano de trabalhos no prazo de 1 dias após a outorga do contrato.
 - b. Obrigação de entrega e colocação dos bens identificados na sua proposta, em conformidade com as especificações e quantidades constantes das cláusulas 27ª, 28ª e 29ª do presente caderno de encargos.

- c. Obrigação de garantia dos bens;
4. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à entrega dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
 5. O adjudicatário obriga-se a respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.
 6. O adjudicatário deverá acautelar a possibilidade de vir a adotar, em sede de execução de contrato, planos de contingência para fazer face a situações de contenção de epidemias, quer de modo preventivo, quer em situação declarada, quer em fase de reposição da normalidade, sem prejuízo das regras aplicáveis aos casos de força maior constantes do presente caderno de encargos.

Cláusula 9.ª – Dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à CIM do Tâmega e Sousa, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever do sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviço ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10.ª – Proteção de dados pessoais

Na realização de quaisquer trabalhos no âmbito do contrato, o adjudicatário obriga-se a cumprir todas as normas constantes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (cf. REGULAMENTO (UE) 2016/679 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 27 de abril de 2016) (RGPD), em particular no que diz respeito aos artigos 28.º a 32.º.

- a) No que se refere ao tratamento de dados pessoais, pelo adjudicatário, deverá circunscrever-se apenas à informação fornecida pela entidade adjudicante.
- b) Em circunstância alguma o adjudicatário procederá à recolha de dados pessoais no decorrer da execução da prestação de serviços;
- c) O adjudicatário deverá a qualquer altura, por solicitação da entidade adjudicante, ser capaz de prestar provas de todas as atividades de tratamento dos dados sob a sua responsabilidade, tal como previsto no n.º 2 do artigo 30.º do RGPD, sem prejuízo de adotar as medidas técnicas e organizativas adequadas em ordem à satisfação das disposições do RGPD.
- d) O disposto nos números antecedentes não prejudica, caso se revele necessário, celebrar contrato avulso a que se refere o artigo 28.º, n.º 3, do RGPD.

Cláusula 11.ª – Preço contratual

- 1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, a entidade adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, bem como o aluguer de espaços.
- 3. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a CIM do Tâmega e Sousa deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, que não poderá ser superior ao preço base fixado no presente caderno de encargos.

Cláusula 12.ª – Condições de pagamento

- 1. O pagamento do serviço objeto do presente contrato será executado em função do cumprimento pelo adjudicatário da obrigação prevista na cláusula 27ª do caderno de encargos;
- 2. As quantias devidas pela CIM do Tâmega e Sousa, nos termos do número anterior, devem ser pagas, no prazo de 60 dias, após receção pela Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, sita na Avenida José Júlio, 42, 4560-547 Penafiel, das respetivas faturas;

3. As faturas deverão ser emitidas em nome da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, com referência ao n.º do Compromisso;
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 2 as faturas serão pagas, através de cheque ou transferência bancária, para número de identificação bancária e instituição de crédito indicada pelo prestador de serviços;
5. Em caso de discordância por parte da CIM do Tâmega e Sousa, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 13.ª – Revisão de preço e adiantamentos

Não há direito a revisão de preços e não haverá lugar a adiantamentos nem a prémios por cumprimento antecipado.

Cláusula 14.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual

1. É admitida a cessão da posição contratual pelo cocontratante, nos termos e com os limites previstos nos artigos 316.º e seguintes do CCP.
2. A Subcontratação por parte do Adjudicatário de quaisquer serviços que lhe tenham sido adjudicados depende, sempre, de prévia autorização da Entidade Adjudicante, nos termos do disposto no artigo 319.º do CCP.
3. Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, o Adjudicatário está obrigado a assegurar o cumprimento dos requisitos constantes dos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP, mediante a apresentação de uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da subcontratação no próprio contrato.
4. A subcontratação está vedada nas seguintes situações:
 - a. Quando a escolha do cocontratante tenha sido determinada por ajuste direto, nos casos em que só possa ser convidada uma entidade;
 - b. Às entidades abrangidas pelas causas de impedimento previstas no artigo 55.º;
 - c. Quando existam fortes indícios de que a cessão da posição contratual ou a subcontratação resultem de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de

concorrência.

5. A Entidade Adjudicante pode opor-se à subcontratação na fase de execução do contrato quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.
6. Todos os subcontratos devem conter uma cláusula na qual o Subcontratado declara conhecer, integralmente, o presente Caderno de Encargos, nomeadamente, as cláusulas referentes à subcontratação e ao pagamento direto aos Subcontratados.
7. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os Subcontratados e terceiros.
8. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do Adjudicatário, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a Subcontratados.

Cláusula 15.^a – Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Pelo incumprimento do(s) prazo(s) de entrega constante(s) da proposta adjudicada e do plano de trabalhos aprovado, até 0,1% do preço contratual, por cada dia de atraso;
 - b. Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 5% do preço contratual;
 - c. Pelo cumprimento defeituoso do bem objeto do presente contrato, até 5% do preço contratual;
 - d. Pelo incumprimento definitivo da entrega parcial dos bens objeto do contrato, até 5% do preço contratual;
 - e. Pelo incumprimento das obrigações constantes da cláusula 27.^a, até 15% do preço contratual, por cada incumprimento;
 - f. Pelo incumprimento de outras obrigações emergentes do contrato, até 10% do preço contratual;
 - g. Pelo incumprimento da obrigação de respeitar ao longo da execução do contrato, e apenas no âmbito do referido contrato, as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, a entidade adjudicante pode exigir do

- adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária até 5% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 7 da presente cláusula;
- h. Pelo incumprimento da obrigação de respeitar a afetação de trabalhadores à execução do contrato, e apenas no âmbito do referido contrato, em cumprimento do disposto no artigo 419.º - A do CCP, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária até 5% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 7 da presente cláusula;
- i. Pelo incumprimento da obrigação da entrega de documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária de até 5% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 7 da presente cláusula;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, salvo se a entidade adjudicante exercer a prerrogativa prevista no n.º 3, do mesmo artigo, caso em que este limite pode ser elevado para 30%.
3. Ao valor das sanções pecuniárias previstas no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente (aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega se tenha verificado) ou (aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução).
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.
7. Em função da gravidade do incumprimento da(s) obrigação(ões) prevista(s) na(s) alínea(s) g), h) e i) do n.º 1 da presente cláusula, ou da sua reiteração após instruções transmitidas no exercício do poder de direção por parte da entidade adjudicante tendente à respetiva observância, e apenas no âmbito do referido contrato, pode este ser resolvido a título sancionatório, nos termos da

alínea b) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 3 desta mesma disposição legal.

Cláusula 16.ª – Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de Serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, constituem casos de força maior, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de Serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de Serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de Serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de Serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de Serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de Serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.ª – Resolução do contrato pela entidade adjudicante

1. O incumprimento do contrato por qualquer das partes contratantes dará à parte não faltosa o direito de o resolver nos termos gerais do direito.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviço e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

Cláusula 20.ª – Resolução por parte do prestador de serviços

O prestador de serviços pode resolver o contrato nos termos dos artigos 332.º e 449.º do CCP.

Cláusula 21.ª – Foro competente

Estabelece-se que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel é o foro competente para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato.

Cláusula 22.ª – Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, através de correio eletrónico, nos termos do artigo 468.º do CCP, para os respetivos endereços eletrónicos, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte através dos endereços eletrónicos constantes do contrato, apenas se considerando a mesma válida e eficaz após essa comunicação.

Cláusula 23.ª - Faturação eletrónica

1. As faturas a apresentar pelo Fornecedor/Prestador de Serviços à CIM do Tâmega e Sousa, emitidas em observância com o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições mínimas:
 - a) Ser emitida após o fornecimento dos bens/prestação dos serviços objeto do contrato e só após aceitação pela CIM do Tâmega e Sousa, através de comunicação do gestor de contrato;
 - b) Identificar o procedimento e/ou contrato;
 - c) Identificar o número de compromisso;
 - d) Período de faturação;
 - e) Informações sobre o Fornecedor/Prestador de Serviços;
 - f) Identificação do bem fornecido/serviço prestado, respetivas quantidades, local de entrega;
 - g) Preço unitário e global;
 - h) IVA à Taxa legal aplicável.
3. O Fornecedor/Prestador de Serviços deve proceder à emissão das faturas em formato eletrónico (EDI), decorrente da aplicação e cumprimento da legislação em vigor para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos, nos termos do Decreto-Lei nº 123/2018 de 28 de dezembro.
4. A CIM do Tâmega e Sousa recebe as faturas dos Fornecedores/Prestadores de Serviços através da solução de faturação eletrónica da entidade ilink, possibilitando que todas as empresas e instituições possam enviar as faturas sem custos de transação, bastando para isso enviar as faturas utilizando a solução ilink EDI e Faturas eletrónicas acessível em <https://www.ilink.pt>.
5. Para mais informações, no sentido de facilitar a adesão dos Fornecedores/Prestadores de Serviços no envio eletrónico das suas faturas, deverá o fornecedor realizar a sua adesão gratuita à plataforma ilink em <https://www.ilink.pt/ilink/signup>. Os fornecedores que já tenham um serviço/EDI para a faturação eletrónica, devem por favor solicitar ao seu EDI/broker que efetue um pedido de ligação com a plataforma ilink para automatizar o envio das faturas/documentos para a CIM do Tâmega e Sousa.

6. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela CIM do Tâmega e Sousa não será objeto de qualquer cobrança adicional.
7. Os dados pessoais obtidos para efeitos de faturação eletrónica só podem ser usados para esse fim ou para fins que com ele sejam compatíveis.

Cláusula 24.ª – Contagem dos prazos

À contagem de prazos na fase de execução dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo são aplicáveis as seguintes regras:

- a) Não se inclui na contagem do prazo o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, mas se no último mês não existir dia correspondente o prazo findo no último dia desse mês;
- d) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 25.ª – Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, designadamente pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor, e demais legislação complementar.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 26.ª – Âmbito

O contrato a celebrar na sequência do presente procedimento tem como objeto principal a aquisição e instalação de Postaletes para informação ao público nas paragens de transportes públicos do Território da CIM do Tâmega e Sousa, integrantes da Concessão de Serviço de Transporte Público Rodoviário de Passageiros, e desagregado em lotes correspondentes à divisão em áreas geográficas da mesma.

Cláusula 27.^a – Descrição dos trabalhos

1. No âmbito do presente procedimento serviços encontra-se incluído o fornecimento e a instalação de postaletes para informação ao público nas paragens de transportes públicos do Território da CIM do Tâmega e Sousa, incluindo todos os trabalhos necessários à sua produção e transporte em perfeitas condições, ficando sujeitos às Especificações Técnicas e quantidades indicadas no presente caderno de encargos.
2. A localização dos postaletes será a indicada no Anexo A do presente procedimento. Serão permitidos ligeiros ajustes de posicionamento para melhor adaptação a condicionalismos locais, não podendo, contudo, ser comprometidas as posições relativas de sinais aplicados em interligação e cujo posicionamento esteja diretamente relacionado com as marcas rodoviárias do pavimento adjacente.
3. Os postaletes são implantados do lado direito, no sentido de tráfego a que respeitam, no limite exterior da berma em secção corrente.
4. Os postaletes são implantados de molde que a sua superfície realize, com a linha limite da faixa de rodagem, um ângulo de 90º, medido pelo tardo dos mesmos quer se localizem do lado direito ou do lado esquerdo da faixa de rodagem.
5. Após a outorga do contrato, fica o cocontratante obrigado no prazo de 15 dias, a apresentar um cronograma detalhado, que inclua o planeamento dos trabalhos, indicando as várias datas chave e localização, incluindo as etapas de aferição técnica, produção, transporte, colocação bem como os meios humanos e materiais a empenhar na execução do contrato.
6. A CIM do Tâmega e Sousa procede à validação do plano de instalação a que se refere o número anterior, no prazo máximo de 5 dias.
7. O adjudicatário deverá desenvolver um protótipo dos postaletes, a validar pela CIM do Tâmega e Sousa, antes de iniciar a instalação.

Cláusula 28.^a – Mapa de Quantidades

ID	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE
LOTE 1			
1	Fornecimento e montagem de poste de paragem com suporte para fixação de cantoneira para uma bandeira, com 3 metros de altura (ou superior, de modo a garantir 2,20 m entre o bordo inferior da placa mais baixa e o ponto mais alto do pavimento), diâmetro mínimo de 48 cm e uma parede de espessura mínima de 1,5 mm, composto por tubo galvanizado, com tampa PVC no topo. Placa de identificação com um módulo de 40x25cm em chapa quinada, lacada a uma cor (a definir) fixada no poste a 1,5m do chão (medido do bordo inferior da placa e o ponto mais alto do pavimento). Os postes devem ter fixação ao solo com base em chapa de aço metalizado, varões e maciço de betão C25/30 no mínimo com a medida 50 x 50 x 50 cm.	Un	2218
2	Fornecimento e montagem de poste de paragem com suporte para fixação de cantoneira para duas bandeiras, com 3,5 metros de altura (ou superior, de modo a garantir 2,20 m entre o bordo inferior da placa mais baixa e o ponto mais alto do pavimento), diâmetro mínimo de 48 cm e uma parede de espessura mínima de 1,5 mm, composto por tubo galvanizado, com tampa PVC no topo. Placa de identificação com um módulo de 40x25cm em chapa quinada, lacada a uma cor (a definir) fixada no poste a 1,5m do chão (medido do bordo inferior da placa e o ponto mais alto do pavimento). Os postes devem ter fixação ao solo com base em chapa de aço metalizado, varões e maciço de betão C25/30 no mínimo com a medida 50 x 50 x 50 cm.	Un	18
3	Fornecimento e montagem de bandeira de 40 cm (L) x 50 cm (A) considerando a necessária área para suporte e fixação em cantoneira, devem ser de dupla face, em alumínio termolacado, espessura mínima de 2mm. Deverão ter furação que permita a sua fixação a prumos com diâmetro mínimo de 48cm e fixação com cantoneiras.	un	2254
4	Fornecimento de poste de paragem com suporte para fixação de cantoneira para uma bandeira, com 3 metros de altura (ou superior, de modo a garantir 2,20 m entre o bordo inferior da placa mais baixa e o ponto mais alto do pavimento), diâmetro mínimo de 48 cm e uma parede de espessura mínima de 1,5 mm, composto por tubo galvanizado, com tampa PVC no topo. Placa de identificação com um módulo de 40x25cm em chapa quinada, lacada a uma cor (a definir) fixada no poste a 1,5m do chão (medido do bordo inferior da placa e o ponto mais alto do pavimento). Para reserva.	un	75
5	Fornecimento de bandeira de 40 cm (L) x 50 cm (A) considerando a necessária área para suporte e fixação em cantoneira, devem ser de dupla face, em alumínio termolacado, espessura mínima de 2mm. Deverão ter furação que permita a sua fixação a prumos com diâmetro mínimo de 48cm e fixação com cantoneiras. Para reserva.	un	75
LOTE 2			
1	Fornecimento e montagem de poste de paragem com suporte para fixação de cantoneira para uma bandeira, com 3 metros de altura (ou superior, de modo a garantir 2,20 m entre o bordo inferior da placa mais baixa e o ponto mais alto do pavimento), diâmetro mínimo de 48 cm e uma parede de espessura mínima de 1,5 mm, composto por tubo galvanizado, com tampa PVC no topo. Placa de identificação com um módulo de 40x25cm em chapa quinada, lacada a uma cor (a definir) fixada no poste a 1,5m do chão (medido do bordo inferior da placa e o ponto mais alto do pavimento). Os postes devem ter fixação ao solo com base em chapa de aço metalizado, varões e maciço de betão C25/30 no mínimo com a medida 50 x 50 x 50 cm.	Un	949
2	Fornecimento e montagem de poste de paragem com suporte para fixação de cantoneira para duas bandeiras, com 3,5 metros de altura (ou superior, de modo a garantir 2,20 m entre o bordo inferior da placa mais baixa e o ponto mais alto do pavimento), diâmetro mínimo de 48 cm e uma parede de espessura mínima de 1,5 mm, composto por tubo galvanizado, com tampa PVC no topo. Placa de identificação com um módulo de 40x25cm em chapa quinada, lacada a uma cor (a definir) fixada no poste a 1,5m do chão (medido do bordo inferior da placa e o ponto mais alto do pavimento). Os postes devem ter fixação ao solo com base em chapa de aço metalizado, varões e maciço de betão C25/30 no mínimo com a medida 50 x 50 x 50 cm.	Un	80
3	Fornecimento e montagem de bandeira de 40 cm (L) x 50 cm (A) considerando a necessária área para suporte e fixação em cantoneira, devem ser de dupla face, em alumínio	un	1109

	termolacado, espessura mínima de 2mm. Deverão ter furação que permita a sua fixação a prumos com diâmetro mínimo de 48cm e fixação com cantoneiras.		
4	Fornecimento de poste de paragem com suporte para fixação de cantoneira para uma bandeira, com 3 metros de altura (ou superior, de modo a garantir 2,20 m entre o bordo inferior da placa mais baixa e o ponto mais alto do pavimento), diâmetro mínimo de 48 cm e uma parede de espessura mínima de 1,5 mm, composto por tubo galvanizado, com tampa PVC no topo. Placa de identificação com um módulo de 40x25cm em chapa quinada, lacada a uma cor (a definir) fixada no poste a 1,5m do chão (medido do bordo inferior da placa e o ponto mais alto do pavimento). Para reserva.	un	15
5	Fornecimento de bandeira de 40 cm (L) x 50 cm (A) considerando a necessária área para suporte e fixação em cantoneira, devem ser de dupla face, em alumínio termolacado, espessura mínima de 2mm. Deverão ter furação que permita a sua fixação a prumos com diâmetro mínimo de 48cm e fixação com cantoneiras. Para reserva.	un	15
LOTE 3			
1	Fornecimento e montagem de poste de paragem com suporte para fixação de cantoneira para uma bandeira, com 3 metros de altura (ou superior, de modo a garantir 2,20 m entre o bordo inferior da placa mais baixa e o ponto mais alto do pavimento), diâmetro mínimo de 48 cm e uma parede de espessura mínima de 1,5 mm, composto por tubo galvanizado, com tampa PVC no topo. Placa de identificação com um módulo de 40x25cm em chapa quinada, lacada a uma cor (a definir) fixada no poste a 1,5m do chão (medido do bordo inferior da placa e o ponto mais alto do pavimento). Os postes devem ter fixação ao solo com base em chapa de aço metalizado, varões e maciço de betão C25/30 no mínimo com a medida 50 x 50 x 50 cm.	Un	1108
2	Fornecimento e montagem de poste de paragem com suporte para fixação de cantoneira para duas bandeiras, com 3,5 metros de altura (ou superior, de modo a garantir 2,20 m entre o bordo inferior da placa mais baixa e o ponto mais alto do pavimento), diâmetro mínimo de 48 cm e uma parede de espessura mínima de 1,5 mm, composto por tubo galvanizado, com tampa PVC no topo. Placa de identificação com um módulo de 40x25cm em chapa quinada, lacada a uma cor (a definir) fixada no poste a 1,5m do chão (medido do bordo inferior da placa e o ponto mais alto do pavimento). Os postes devem ter fixação ao solo com base em chapa de aço metalizado, varões e maciço de betão C25/30 no mínimo com a medida 50 x 50 x 50 cm.	Un	26
3	Fornecimento e montagem de bandeira de 40 cm (L) x 50 cm (A) considerando a necessária área para suporte e fixação em cantoneira, devem ser de dupla face, em alumínio termolacado, espessura mínima de 2mm. Deverão ter furação que permita a sua fixação a prumos com diâmetro mínimo de 48cm e fixação com cantoneiras.	un	1160
4	Fornecimento de poste de paragem com suporte para fixação de cantoneira para uma bandeira, com 3 metros de altura (ou superior, de modo a garantir 2,20 m entre o bordo inferior da placa mais baixa e o ponto mais alto do pavimento), diâmetro mínimo de 48 cm e uma parede de espessura mínima de 1,5 mm, composto por tubo galvanizado, com tampa PVC no topo. Placa de identificação com um módulo de 40x25cm em chapa quinada, lacada a uma cor (a definir) fixada no poste a 1,5m do chão (medido do bordo inferior da placa e o ponto mais alto do pavimento). Para reserva.	un	30
5	Fornecimento de bandeira de 40 cm (L) x 50 cm (A) considerando a necessária área para suporte e fixação em cantoneira, devem ser de dupla face, em alumínio termolacado, espessura mínima de 2mm. Deverão ter furação que permita a sua fixação a prumos com diâmetro mínimo de 48cm e fixação com cantoneiras. Para reserva.	un	30
LOTE 4			
1	Fornecimento e montagem de poste de paragem com suporte para fixação de cantoneira para uma bandeira, com 3 metros de altura (ou superior, de modo a garantir 2,20 m entre o bordo inferior da placa mais baixa e o ponto mais alto do pavimento), diâmetro mínimo de 48 cm e uma parede de espessura mínima de 1,5 mm, composto por tubo galvanizado, com tampa PVC no topo. Placa de identificação com um módulo de 40x25cm em chapa quinada, lacada a uma cor (a definir) fixada no poste a 1,5m do chão (medido do bordo inferior da placa e o ponto mais alto do pavimento). Os postes devem ter fixação ao solo com base em chapa de aço metalizado, varões e maciço de betão C25/30 no mínimo com a medida 50 x 50 x 50 cm.	Un	839
2	Fornecimento e montagem de poste de paragem com suporte para fixação de cantoneira	Un	6

	para duas bandeiras, com 3,5 metros de altura (ou superior, de modo a garantir 2,20 m entre o bordo inferior da placa mais baixa e o ponto mais alto do pavimento), diâmetro mínimo de 48 cm e uma parede de espessura mínima de 1,5 mm, composto por tubo galvanizado, com tampa PVC no topo. Placa de identificação com um módulo de 40x25cm em chapa quinada, lacada a uma cor (a definir) fixada no poste a 1,5m do chão (medido do bordo inferior da placa e o ponto mais alto do pavimento). Os postes devem ter fixação ao solo com base em chapa de aço metalizado, varões e maciço de betão C25/30 no mínimo com a medida 50 x 50 x 50 cm.		
3	Fornecimento e montagem de bandeira de 40 cm (L) x 50 cm (A) considerando a necessária área para suporte e fixação em cantoneira, devem ser de dupla face, em alumínio termolacado, espessura mínima de 2mm. Deverão ter furação que permita a sua fixação a prumos com diâmetro mínimo de 48cm e fixação com cantoneiras.	un	851
4	Fornecimento de poste de paragem com suporte para fixação de cantoneira para uma bandeira, com 3 metros de altura (ou superior, de modo a garantir 2,20 m entre o bordo inferior da placa mais baixa e o ponto mais alto do pavimento), diâmetro mínimo de 48 cm e uma parede de espessura mínima de 1,5 mm, composto por tubo galvanizado, com tampa PVC no topo. Placa de identificação com um módulo de 40x25cm em chapa quinada, lacada a uma cor (a definir) fixada no poste a 1,5m do chão (medido do bordo inferior da placa e o ponto mais alto do pavimento). Para reserva.	un	30
5	Fornecimento de bandeira de 40 cm (L) x 50 cm (A) considerando a necessária área para suporte e fixação em cantoneira, devem ser de dupla face, em alumínio termolacado, espessura mínima de 2mm. Deverão ter furação que permita a sua fixação a prumos com diâmetro mínimo de 48cm e fixação com cantoneiras. Para reserva.	un	30

- *O material a utilizar nos postaletes deve, comprovadamente, possuir resistência à corrosão, ao choque, à rotura e à abrasão. Deverá ter a capacidade de resistir às condições atmosféricas adversas, ser inatacável por parasitas e fungos e garantir a coloração no mínimo por 7 anos.*
- *O adjudicatário deverá desenvolver um protótipo, a validar pela CIM do Tâmega e Sousa, antes de iniciar a instalação.*

Cláusula 29.^a – Pormenores tipo



Figura 1 - Postaleta para uma bandeira

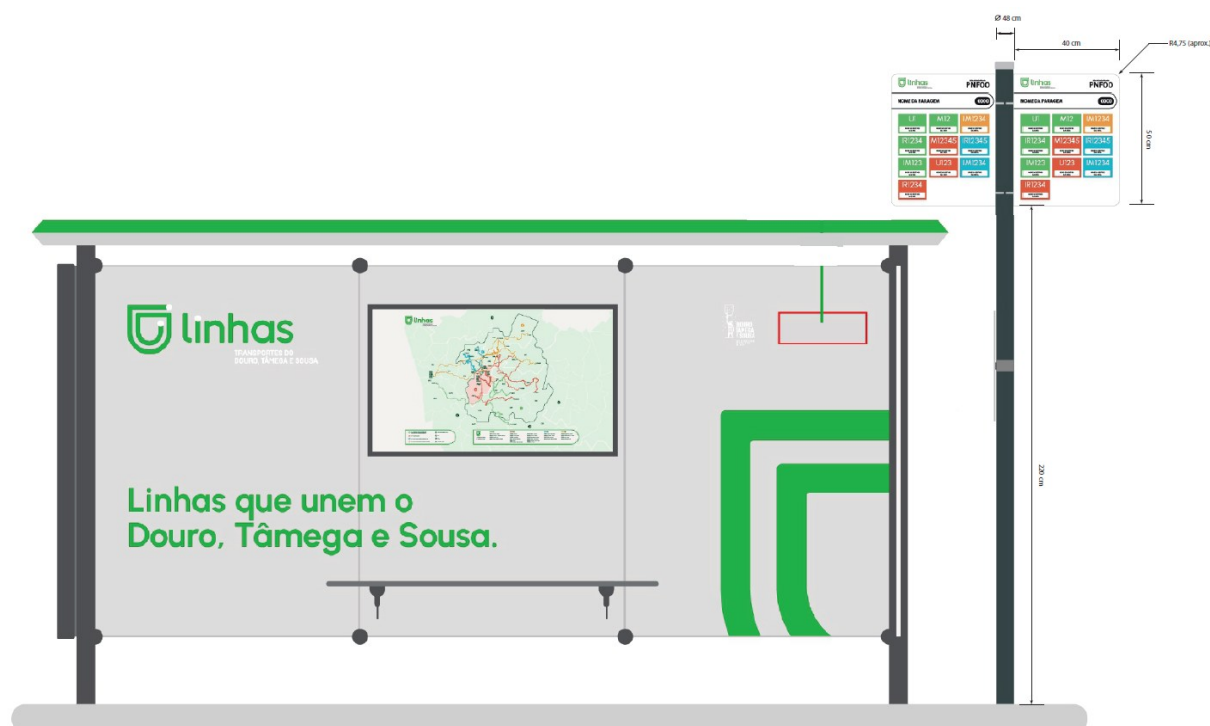


Figura 2 – Postaleta para duas bandeiras

Cláusula 30.ª – Procedimento de atribuição de financiamento

O adjudicatário deverá apoiar a CIM do Tâmega e Sousa em todo em todo e qualquer procedimento de atribuição de financiamento a estas tarefas, auxiliando no preenchimento de formulários ou elaboração de documentos, como elaboração de candidaturas.

TÂMEGA e SOUSA
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL